

## INTRODUÇÃO À PLANIFICAÇÃO

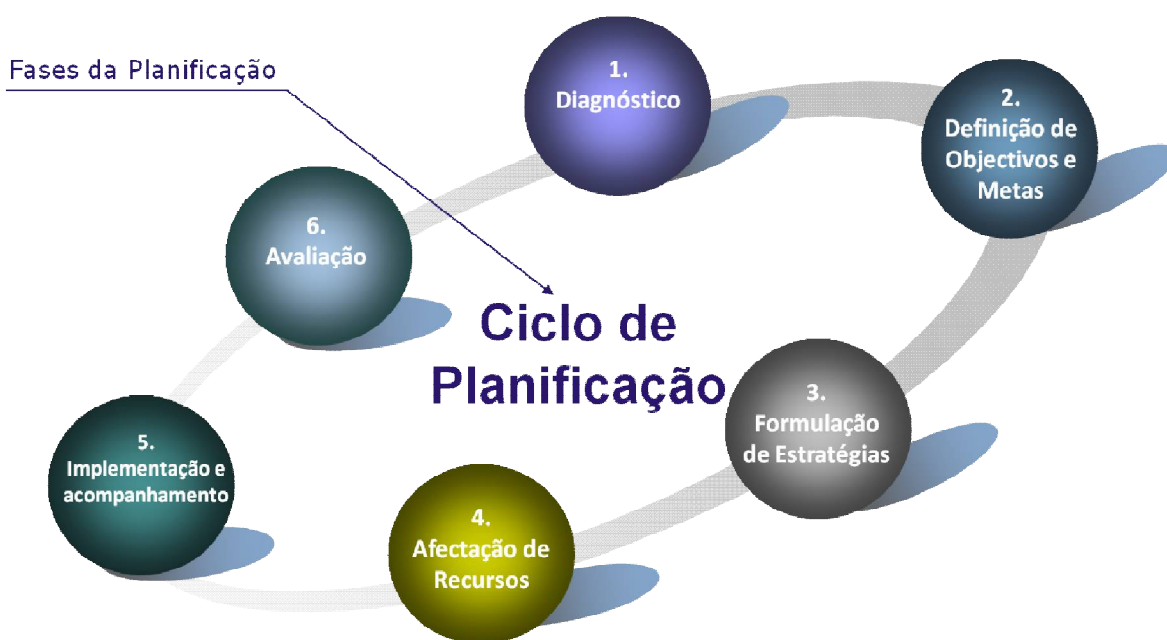
**Planificação** é um processo contínuo que envolve **escolhas sobre caminhos alternativos de desenvolvimento** e **o uso dos recursos disponíveis**, com o fim de alcançar um objectivo ou meta particular num determinado espaço de tempo.

### Porque Planificar?

- ✓ Escassez - Os **recursos** de um país **NUNCA** são **abundantes**. Por isso NÃO devem ser usados indiscriminadamente. Há que optar na utilização dos recursos existentes e os resultantes da nossa produção.
- ✓ Na planificação de um país [província ou distrito], com base nos recursos existentes seleccionam-se prioridades. Essa selecção implica tomar opções.

O ciclo de planificação é composto por 6 fases distintas: diagnóstico; definição de objectivos e metas; formulação de estratégias; afectação de recursos; implementação e acompanhamento, e avaliação.

**Figura 1: Ciclo de Planificação**



Fonte:

### 1. Diagnóstico

Repare que a primeira fase da planificação é o diagnóstico. A avaliação do período anterior e o **diagnóstico** da situação incluem uma reflexão colectiva e participativa sobre os progressos feitos na implementação dos planos da instituição e sobre os pontos fortes e fracos em geral. Esta reflexão é baseada na análise dos relatórios de

supervisão do ano anterior e do ano corrente e na análise dos dados estatísticos e de outras fontes de informação. Tomam-se em conta informações relativas às disparidades existentes no distrito e também as relativas a outros sectores.

## 2. Definição de Objectivos e Metas

As metas devem reflectir a situação desejada e possível, e incluir a selecção do que é prioritário para ser alcançado, numa situação de recursos limitados, à luz dos objectivos estratégicos do sector. Deve-se tomar em conta que os recursos disponíveis são sempre limitados, tanto os financeiros quanto os humanos, e estes devem ser bem distribuídos.

- ✓ Deve ser em função dos resultados das análises feitas na fase do diagnóstico, especificando o que se pretende alcançar.
- ✓ Exemplo: Implementar programas para a redução da Pobreza tendo em conta a perspectiva de Género.

Exemplo de análise do objectivo na perspectiva de Género:

- Objectivo: Implementar programas para a redução da Pobreza tendo em conta a perspectiva de Género.

### **Questões chave:**

1. Qual é o problema que se pretende atacar com este objectivo?
2. Qual é a situação actual de M e H na pobreza?
2. Mulheres e Homens são afectadas de igual maneira pela pobreza, na vida corrente?
3. O que faz com que Mulheres ou Homens sejam afectadas mais ou menos pela pobreza?
4. Que mudanças devemos introduzir para inverter a situação negativa identificada?
5. Qual seria o ponto óptimo a atingir?
6. Se houver constrangimentos, o que fazer?

**N.B.: Os sectores devem identificar os problemas e planificar para que mudanças positivas aconteçam, tendo em conta as necessidades específicas de M e H.**

### 3. Formulação de Estratégias

Faz-se a identificação colectiva e participativa das **actividades** e dos **recursos necessários para alcançar a situação descrita nos objectivos e metas**. Inclui o detalhamento das actividades a serem realizadas bem como a sua priorização e o levantamento dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para executá-las.

### 4. Afectação de Recursos

Custear a cada acção identificada face aos problemas e apurar o orçamento. Passamos a ter um plano e orçamento.

#### Questões Chave:

1. Para a realização das actividades seguintes haverá algum custo?
2. Se sim, inerentes a quê? Arrole.
3. São custos imputáveis nas despesas correntes da instituição? Se sim, deve prever.
4. Caso não, calcule (estimativas baseadas em preços correntes do mercado).

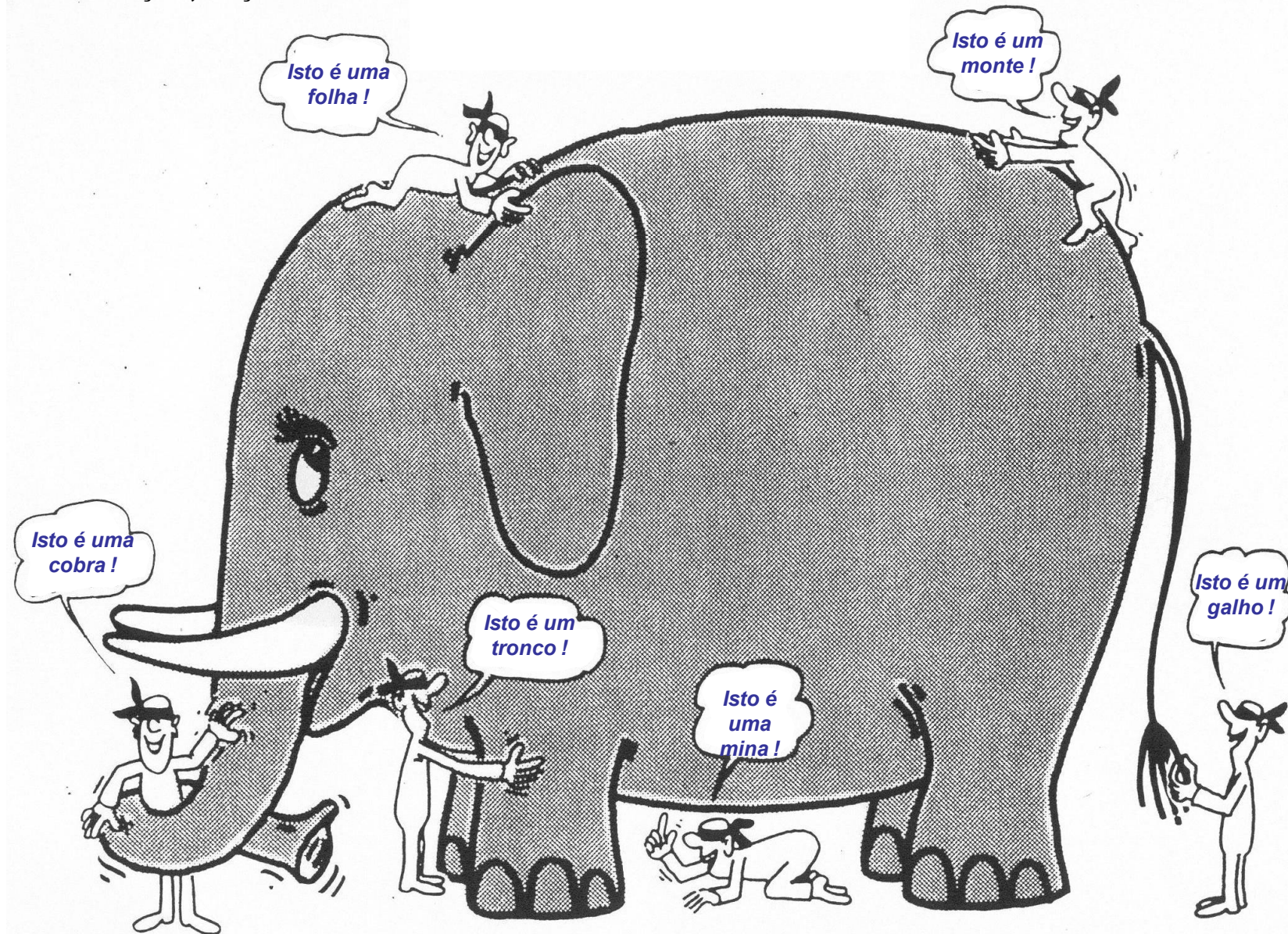
### 5. Implementação e acompanhamento

Durante a implementação, faz-se o acompanhamento colectivo e participativo da execução das actividades planeadas e do uso dos recursos correspondentes, processo a que chamamos de monitoria.

### 6. Avaliação

Este é especificamente o papel da avaliação: construir momentos reflexivos que permitam aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos, para daí direccionarem suas acções, aprendendo pela experiência”.





**Só o indivíduo com visão sistémica terá a capacidade de reconhecer o tudo!**

## O PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

### Coordenação do Processo de Planificação

Em Moçambique, o exercício da planificação nacional e de orçamentação é **coordenado** pelo:

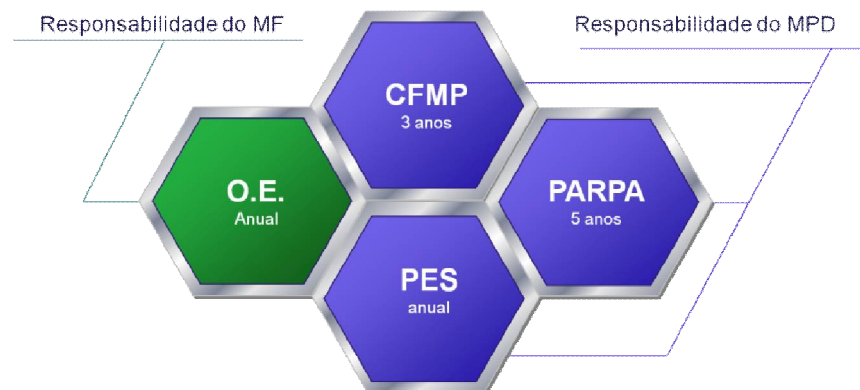
- » **Ministério de Plano e Desenvolvimento (MPD)**, e
- » **Ministério das Finanças (MF)**.

Ao nível das províncias a entidade que coordena o processo são as Direcções Provinciais de Plano e Finanças.

### Instrumentos de planificação nacionais

Os instrumentos de planificação para o governo como um todo são:

**Figura 1: Instrumentos de planificação**



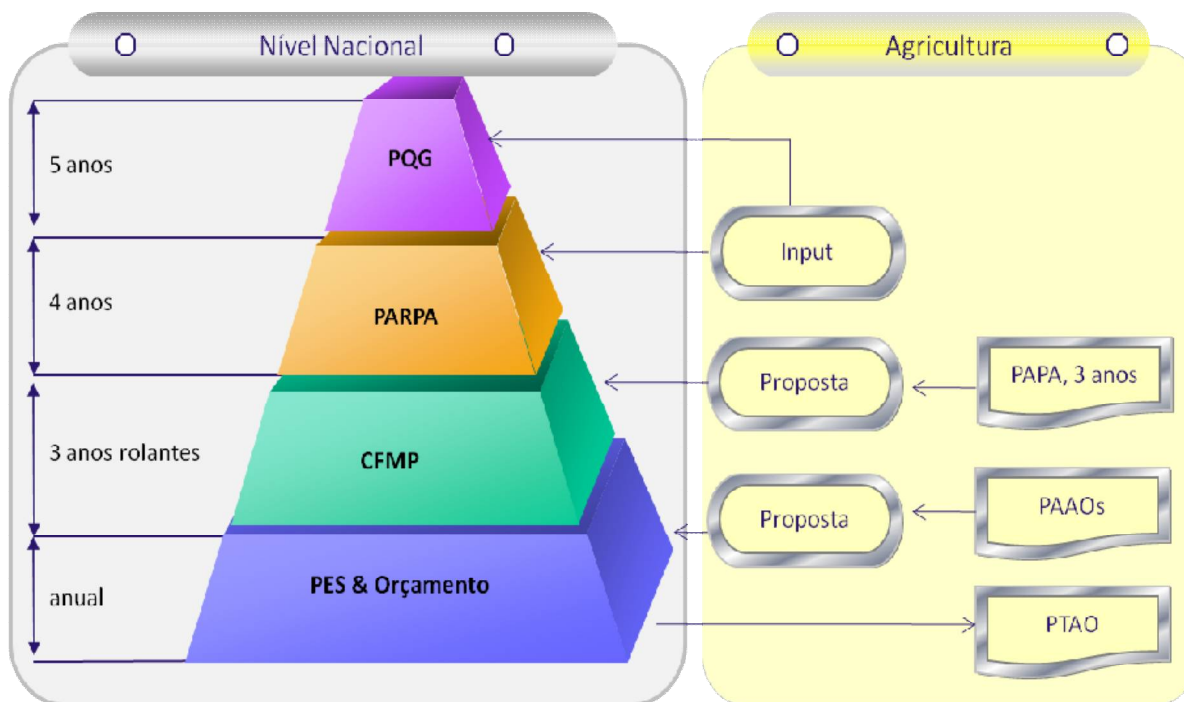
Fonte:

As políticas e estratégias a médio prazo são operacionalizadas no Plano Económico e Social anual. No PES são apresentados os sucessos do ano anterior e as prioridades para o ano futuro. Os dados de entrada do PES provêm das províncias e dos sectores. Para além dos seus dados de entrada para o PARPA e o PES, as províncias e sectores também possuem os seus próprios Planos Estratégicos e planos operacionais anuais.



## Hierarquia dos Instrumentos de Planificação em Moçambique

Figura 2: Hierarquia dos Instrumentos de Planificação em Moçambique



No topo da hierarquia é o **Programa Quinquenal do Governo, PQG**, que é apresentado à Assembleia Nacional no prazo de 60 dias de um novo governo tomar posse.

O **PARPA** enuncia os objectivos do programa de governo de cinco anos em mais detalhes. É o documento principal da política e de referência que orienta o enquadramento do CFMP, o orçamento anual, e PES.

**Implementação do PARPA** é monitoria através do relatório anual sobre a execução do PES do ano anterior (**Balanço do PES; BdPES**), que é submetida à Assembleia Nacional e discutido em sessão plenária.

O PARPA foi elaborado em um processo que envolveu intensa interacção entre o MPD e os ministérios de linha (chamados "sectores" em Moçambique). O PES anual é elaborado com base nas propostas que os sectores (ministérios, instituições) enviam para o MPD. As propostas são consolidados e ajustados antes de o documento final é apresentado à Assembleia Nacional.

O **CFMP** Cenário Fiscal de Médio Prazo é um instrumento de planificação de médio prazo que serve para a preparação e elaboração do Orçamento do Estado. Cria uma hierarquia clara de objectivos desde o PQG passando pelo PARPA II terminando no planeamento sectorial.

O CFMP, que precede o período de preparação do orçamento, estabelece os limites máximos orçamentais para o ano seguinte ("Ano 1") e os limites máximos provisórios para mais dois anos. É actualizado todos os anos o que permite uma revisão da previsão das receitas no mesmo período, possibilitando alterações estruturais na despesa. O CFMP propõe a atribuição de todas as fontes de receitas, incluindo os fundos que vem como *budget support* (apoio orçamental geral), apoio a programas sectoriais ou projectos tradicionais.

O CFMP é **coordenado pelo MPD**, mas é um esforço conjunto entre o MPD e MF.

**Intervenientes nos Instrumentos de Planificação**

A Tabela 1 fornece uma descrição geral dos instrumentos de planificação de Moçambique e o envolvimento dos diferentes intervenientes.

**Tabela 1: Envolvimento dos intervenientes nos instrumentos de planificação**

Documento	Governo	Parlamento	Sociedade Civil	Doadores
Agenda 2025	Iniciado pelo Governo	Patrocinado pelo Parlamento	A Agenda 2025 foi elaborada por um grupo não governamental, o Comité de Conselheiros, constituído por 14 personalidades de várias áreas, incluindo partidos políticos, organizações religiosas, comunidade comercial, académicos e artistas. Participação na consulta	Participação na consulta
PQG	Compilado pelo MPD Os dados de entrada são fornecidos por Ministérios (incluindo o Ministério da Mulher e a Acção Social, MMAS) e autoridades de baixo nível	Comentários e aprovação na sessão plenária. Discutido previamente pelas Diferentes comissões de trabalho (incluindo a Comissão de Assuntos Sociais, Género e Ambiente)	Sem envolvimento	Sem envolvimento
PARPA II	Compilado pelo MPD Os dados de entrada são fornecidos pelos Ministérios (incluindo o MMAS) e autoridades de baixo nível	Sem envolvimento	Participou no processo de formulação (incluindo Fórum Mulher)	Influência através do diálogo da política, apoio financeiro, assistência técnica, os diferentes grupos de trabalho (incluindo o Grupo de Trabalho relacionado com o Género) e o PAF
PES	Compilado pelo MPD Os dados de entrada fornecidos pelas províncias e Ministérios de linha (incluindo o MMAS)	Comentários e aprovação na sessão plenária. Discutido previamente pelas diferentes comissões de trabalho (incluindo a Comissão de Assuntos Sociais, Género e Ambiente)	Sem envolvimento	Influência através do diálogo da política, apoio financeiro, assistência técnica e o PAF



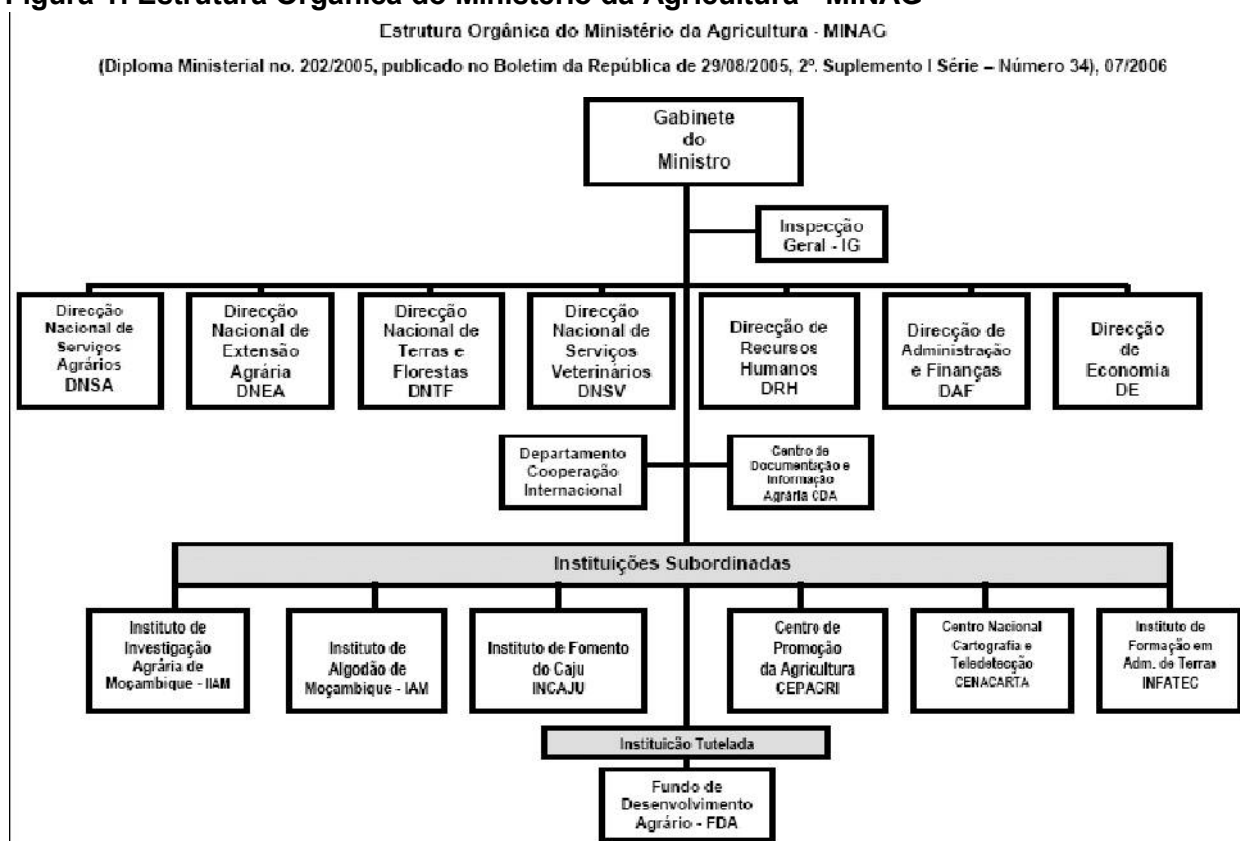
## ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINAG

### Estrutura Orgânica do MINAG

Segundo o Artigo 1 do actual Estatuto Orgânico, o MINAG estrutura-se em conformidade com as seguintes actividades:

- Administração, maneio, protecção, e conservação de recursos essenciais à actividade agrária, em particular da terra, água, florestas, animais domésticos e fauna bravia;
- Fomento da produção, agro-industrialização, comercialização de insumos e produtos agrários;
- Defesa sanitária vegetal e animal;
- Extensão rural (assistência técnica ao produtor rural) agrária e assistência aos produtores;
- Infra-estruturas básicas e serviços de apoio aos produtores;
- Investigação e tecnologia agrária e sua disseminação.

**Figura 1: Estrutura Orgânica do Ministério da Agricultura - MINAG**



Fonte: S. Ramagem: Reestruturação Orgânica do Ministério da Agricultura, Agosto de 2006.

**O MINAG tem a seguinte estrutura:**Órgãos de assistência directa ao Ministro

GM Gabinete do Ministro

IG Inspecção Geral

DCI Departamento de Cooperação Internacional/Coordenação PROAGRI

Órgãos de Coordenação do MINAG

DNSA Direcção Nacional de Serviços Agrários

DNSV Direcção Nacional de Serviços Veterinários

DNTF Direcção Nacional de Terras e Florestas

DNEA Direcção Nacional de Extensão Agrária

Órgãos de apoio do MINAG

DE Direcção de Economia

DAF Direcção de Administração e Finanças

DRH Direcção de Recursos Humanos

CDA Centro de Documentação e Informação Agrícola

**São instituições subordinadas:**

IIAM Instituto de Investigação Agrária de Moçambique;

IAM Instituto do Algodão de Moçambique;

INCAJÚ Instituto de Fomento do Caju;

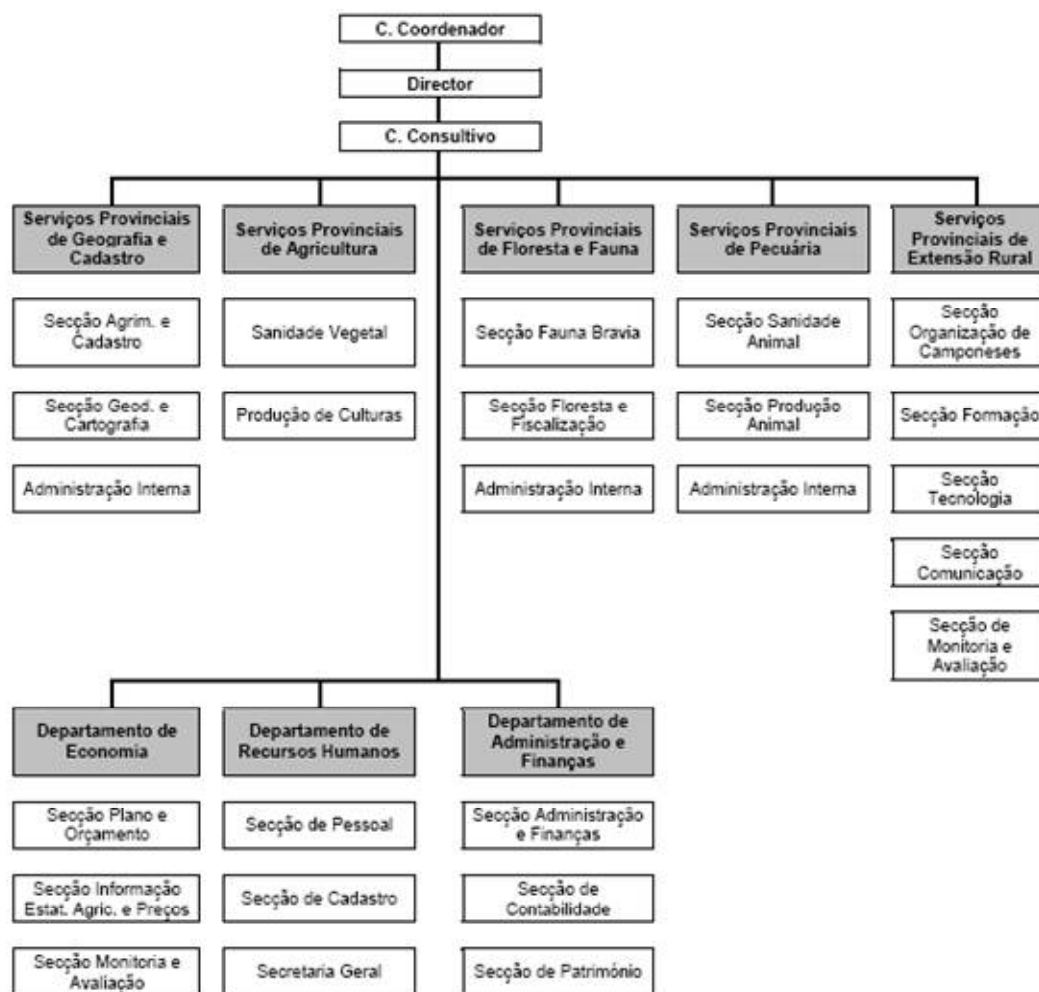
CEPAGRI Centro de Promoção da Agricultura;

CENACARTA Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção;

INFATEC Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia.

Ao **nível provincial**, conta-se com 10 DPAs (Direcções Provinciais de Agricultura), uma em cada província, encarregadas da disseminação das políticas e da planificação e coordenação das actividades nas próprias províncias. A **estrutura ao nível provincial** reflecte a estrutura do nível central; esta "verticalidade" facilita o relacionamento entre os dois níveis. A título de exemplo, é apresentado a seguir o organigrama da DPA do Niassa, por ser representativo dos demais DPAs.

Figura 2: Estrutura Orgânica da DPA Niassa



## PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO SECTOR

O marco institucional da agricultura e do desenvolvimento rural em Moçambique é constituído principalmente por actores do sector público, em particular o Ministério de Agricultura (MINAG). As principais funções do MINAG incluem a análise, a formulação e a monitoria das políticas sectoriais (da terra e agrárias); a provisão de serviços (investigação e extensão); e o estabelecimento de mecanismos internos e externos de regulamentação e auditoria.

O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) é responsável pela política e gestão da água, bem como pela rede de estradas rurais.

O Ministério de Coordenação Ambiental (MICOA) coordena todos os assuntos relacionados com o uso sustentável dos recursos naturais e da protecção da ecologia e ecossistemas de Moçambique.

O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) é responsável pelas políticas comerciais incluindo a regulamentação dos mercados agrícolas.

O Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) tem como responsabilidade geral a planificação nacional e a mobilização de recursos.

O Ministério da Administração Estatal (MAE) tem como responsabilidade a promoção do desenvolvimento rural e a coordenação do processo de descentralização.

Em relação à política e programa de irrigação, existe uma estreita colaboração entre o MOPH e o MINAG sobre a exploração dos recursos de água para a agricultura.

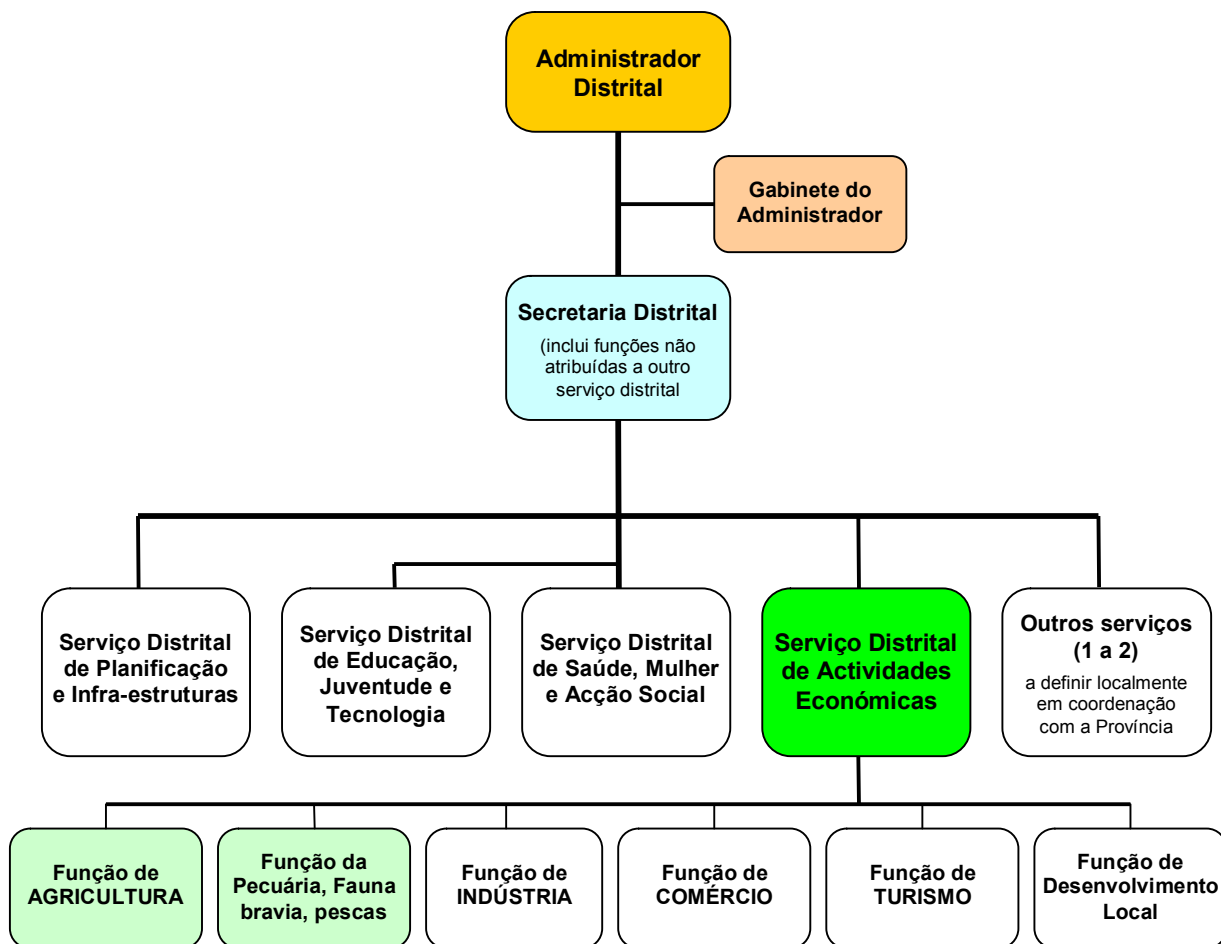
Existem institutos semi-autónomos do MINAG que são críticos para a agricultura e desenvolvimento rural. Tal é o caso do Instituto do Algodão de Moçambique (IAM) e do Instituto de Fomento do Caju (INCAJU) que tratam da legislação, da política de implementação e da monitoria destas culturas específicas.

O Conselho de Ministros aprovou em 2009 a criação do Centro de Promoção da Agricultura Comercial (CEPAGRI), em resposta ao pedido do sector privado para melhoria da coordenação. Por seu lado, o sector privado criou a *Confederação das Associações Económicas de Moçambique* (CTA) como mecanismo de ligação com o governo. Criaram-se também associações específicas como a *Associação dos Industriais de Caju* (INCAJU) no subsector do caju, a *Associação Algodoeira de Moçambique* (AAM) no subsector do algodão, a *Associação Industrial de Moçambique* que inclui o subsector do açúcar, e a *Associação Comercial e Industrial de Nampula* (ACIANA) na província de Nampula, que utiliza a CTA para submeter as suas opiniões e preocupações ao governo através do CEPAGRI.

Existem também muitas ONGs activas no sector agrário, que estão principalmente envolvidas na diversificação de culturas, programas de comercialização e apoio às associações de produtores. Estas organizações têm um papel chave na prestação de serviços às populações mais vulneráveis do meio rural.

## ESTRUTURA ORGÂNICA DO GOVERNO DISTRITAL

O processo de planificação em Moçambique é feito da base para o topo. Na base temos os SDAEs. Vejamos a estrutura orgânica da base.





## QUADRO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS NO SECTOR DA AGRICULTURA

O sector agrário possui os seus planos e programas de acção que definem os objectivos e metas, directrizes e procedimentos para a concretização de um certo projecto ou empreendimento. Todavia, planos e programas de acção, por si só, não constituem uma estratégia. A finalidade e razão de ser de uma estratégia consiste em identificar, desenvolver e aplicar competências e aptidões específicas e distintivas que confirmem vantagens e capacidade de combate a dificuldades e carências, superação de desafios e obstáculos, num ambiente de relacionamentos geralmente conflituais ou competitivos.

Os programas e estratégias do sector agrário em Moçambique em curso incluem:

- i. Programa Nacional do Desenvolvimento Agrário (PROAGRI II);
- ii. Visão do Sector Agrário em Moçambique (VSAM);
- iii. Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR);
- iv. Estratégia da Revolução verde (2007);
- v. Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA 2009-2011);
- vi. Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019)
- vii. Estratégia da Comercialização Agrícola (2001)
- viii. Plano Quinquenal do Governo e as prioridades do MINAG;
- ix. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II);
- x. Política e Estratégia de Desenvolvimento de Floresta e Fauna Bravia (1997).

### **Programa Nacional do Desenvolvimento Agrário (PROAGRI II)**

O PROAGRI I foi desenhado com o objectivo de promover o investimento público no sector agrário e assim garantindo coordenação com outras acções sectoriais. Dando continuidade a esta estratégia de intervenção foi desenhado o PROAGRI II (ainda em curso) que revelou ser difícil de operacionalizar. O documento apresentava perspectivas para o desenvolvimento da agricultura incluindo as actividades a montante e a jusante que estão fora da responsabilidade do MINAG o que fez com que a sua implementação não fosse bem-sucedida. Outros documentos estratégicos foram posteriormente aprovados para operacionalizar a visão para o futuro do sector e de onde se destaca o PAPA.

### **Visão do Sector Agrário em Moçambique (VSAM)**

A “Visão do Sector Agrário em Moçambique” (VSAM) foi desenvolvida em 2003 antes da consulta e processo de planeamento para a formulação do PROAGRI II. Este documento descreveu em pormenor o sector agrícola de Moçambique e forneceu algumas indicações para o desenvolvimento de longo prazo do sector.

### **Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)**

Em 2007 foi aprovado a EDR. Este documento foi elaborado pelo MPD através da Direcção Nacional da Promoção de Desenvolvimento Rural com o objectivo de promover a coerência nas iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural e na coordenação das prioridades nacionais, regionais, distritais e locais. Este documento tem um horizonte temporal que corresponde ao período da Agenda 2025. A mensagem complementar e crucial que a EDR adiciona aos instrumentos de planeamento entretanto disponíveis (nomeadamente ao

PARPA II) é que nem todo o crescimento económico nacional será rápido, imediato e inevitavelmente benéfico para um desenvolvimento saudável e sustentável a longo prazo do sector. O EDR entendeu o desenvolvimento rural como um processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

### **Estratégia da Revolução Verde**

Em Outubro de 2007 foi aprovada pelo Governo a Estratégia da Revolução Verde como documento que deveria servir de base para orientação estratégica do sector. A Revolução Verde procura ser um processo de busca de soluções para incrementar os níveis de produção e produtividade agrária através do uso de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, tecnologias de produção adequada à realidade local, mecanização agrícola incluindo a tracção animal, construção e exploração de represas para a irrigação e para o abeberamento de gado, entre outras acções. Trata-se de uma estratégia multidimensional de combate á fome e á pobreza e tem como objectivo final o aumento da produção e produtividade agrária de forma competitiva e sustentável. Para acelerar a implementação desta estratégia foi aprovado o PAPA em Junho de 2008.

### **Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA)**

O PAPA é o um plano com horizonte temporal a três anos, elaborado e aprovado em 2008, na sequência da aprovação da Estratégia da Revolução Verde pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2007. Trata-se da resposta do Governo à subida dos preços dos produtos básicos como arroz, trigo e milho nos mercados internacionais (a crise mundial de alimentos). O principal objectivo do PAPA é o de inverter o défice dos principais bens alimentares no país nos próximos três anos e assim reduzindo a dependência do país em relação às importações alimentares. Este plano é multisectorial e prevê investimentos na produção agrícola, armazenagem, comercialização e transformação (por exemplo, na pesca). Este plano é considerado uma prioridade pelo Governo e foi devidamente reflectido pelo Governo na sua planificação de médio prazo, tendo sido um dos factores determinantes do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2009 – 2011 onde foi previsto um aumento significativo da despesa pública no sector agrícola e também um aumento significativo do seu peso no peso total das despesas públicas.

### **Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019)**

O PEDSA é, um plano que se enquadra nos instrumentos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Planificação, com uma visão de médio/longo prazo, assente nas directrizes nacionais já traçadas para a agricultura e nas prioridades do quadro orientador comum dos países africanos para melhorar o desempenho do sector agrário, o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).

Ao sistematizar um amplo leque de orientações estratégicas para a agricultura, com particular enfoque a Estratégia da Revolução Verde, o PEDSA pretende abraçar uma visão partilhada pelos intervenientes chaves do sector, criando assim um quadro harmonizado para guiar decisões, atacando aspectos que interferem na confiança do investidor e acelerando a competitividade agrária de uma maneira sustentável.

É preciso ainda considerar que na área dos assuntos transversais foi elaborada a Estratégia de Género do Sector Agrário e o respectivo Plano de Acção (2006). Foram definidos os indicadores de género para serem inseridos no sistema de monitoria e avaliação do MINAG. Foi ainda desenhado o Plano estratégico Sectorial (2006-2010) de HIV/SIDA.

### **Efectividade na realização dos objectivos do PARPA**

Para se analisar a efectividade dos planos e documentos estratégicos na realização dos objectivos do PARPA é, primeiro lugar, necessário compreender os objectivos para o qual cada plano ou documento estratégico foi criado.

**Tabela 1: Objectivos de cada plano ou documento estratégico**

Documento	Período	Objectivos
<b>PROAGRI II</b>	2005-2009	Apoiar o sector familiar no desenvolvimento da agricultura e assim aumentando a sua capacidade de subsistência; Incentivar o aumento da produção agrícola; e, garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.
<b>Estratégia da Revolução Verde</b>	Longo Prazo	Induzir o aumento da produção e produtividade dos pequenos produtores para uma maior oferta de alimentos, de uma forma competitiva e sustentável.
<b>EDR</b>	2007-2025	Contribuir para que as políticas e os instrumentos de planeamento sejam consistentes com uma perspectiva de transformação pro-rural do padrão de criação de riqueza em Moçambique, ou seja, promover a coerência nas iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural e na coordenação das prioridades nacionais, regionais, distritais e locais.
<b>PAPA</b>	2008-2011	Eliminar o <i>deficit</i> nos principais produtos alimentares/ reduzir a dependência às importações, nas próximas três campanhas agrícolas (2008-2011), através de aumento da produção por via de aumento de produtividade e das áreas de cultivo.
<b>PEDSA</b>	2010-2019	A abordagem da implementação do PEDSA assenta na cadeia de valor, pelo que na sua operacionalização toma em consideração todas as actividades ligadas a: (a) a geração e transferência de tecnologias, provisão de insumos agrários; (b) a produção agrária ( <i>farming</i> ); (c) as actividades de processamento e comercialização que acrescentam valor aos produtos agrícolas, pecuários, florestais e faunísticos e (d) na gestão sustentável de recursos naturais.

Assim, pode-se verificar que quase todos os documentos de política e de estratégia existentes em torno do sector agrário incorporam a visão do PARPA II. Os planos e estratégias visam em geral o aumento da produção, da produtividade e a garantia da segurança alimentar reflectindo directamente os objectivos estipulados no PARPA II.

### **Nível de operacionalização das políticas**

Em geral, o nível de operacionalização das políticas é baixo, uma combinação de diversos factores e da própria conjuntura económica com destaque: dependência financeira para a implementação das políticas desenhadas, atrasos nos desembolsos de fundos externos, calamidades naturais e fraca capacidade de resposta, vias de acesso debilitadas e insuficientes, insuficiência de recursos humanos capacitados e ausência de uma efectiva coordenação interinstitucional (reflectindo-se sobretudo no desenvolvimento de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do sector).

É importante notar ainda que todas as estratégias e políticas desenhadas para o sector são complementares entre si e não concorrentes mas nem sempre este aspecto tem ficado claro na implementação das actividades e utilização eficiente dos recursos.

## RESUMO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE MOÇAMBIQUE

<b>Visão</b>	Um sector agrário integrado, próspero, competitivo e sustentável
<b>Objectivos Estratégico</b>	Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários, de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de género
<b>Objectivos específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade</li> <li>- Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização</li> <li>- Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna</li> <li>- Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário</li> <li>- Reforçadas as instituições agrárias</li> </ul>

<b>1 Aumentada a produção e a produtividade de agrária e a sua competitividade</b>	1.1 Adoptadas tecnologias melhoradas pelos agricultores para o aumento da produtividade agrícola e da produção animal
	1.2 Aumentada a capacidade dos serviços de extensão para disponibilizar com eficácia tecnologias e práticas avançadas
	1.3 Reforçado o sistema de investigação para desenvolver ou adaptar e disponibilizar tecnologias e práticas agrárias avançadas
	1.4 Melhorada a disponibilidade e a gestão de água para a agricultura e para a produção animal
	1.5 Melhorada a fertilidade do solo
	1.6 Melhorado o controle de pragas e doenças das culturas e dos animais de criação
	1.7 Aumentada a mecanização agrária e o uso de tecnologias eficientes
	1.8 Aumentada a produção de culturas para bio-combustíveis
<b>2 Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização</b>	2.1 Aumentado o investimento do governo na agricultura e em infra-estruturas rurais
	2.2 Melhorada a infra-estrutura rural (rede de estradas, instalações de armazenamento, mercados)
	2.3 Melhorada a capacidade de regulamentação e cumprimento dos padrões e garantia de qualidade dos produtos agrícolas e animais
	2.4 Acrescentado valor aos produtos agrícolas, animais e florestais
	2.5 Melhorado o manuseamento pós-colheita dos produtos agrícolas
	2.6 Melhorada a capacidade dos actores ao longo de toda a cadeia de valor (agricultores, processadores de produtos agrários, comerciantes) para participarem nos mercados doméstico e internacional

	2.7 Reforçada a capacidade do sector privado para fornecer insumos agrários (sementes, fertilizantes, agro-químicos, drogas e medicamentos para uso veterinário, instrumentos e equipamento)
	2.8 Sistema de informação para recolher e disseminar informação para tomada de decisão - agricultores, processadores, comerciantes e fazedores de políticas - em funcionamento
	2.9 Reforçadas as políticas de apoio aos mercados de insumos
<b>3 Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna</b>	3.1 Aumentado o conhecimento teórico e prático no uso sustentável dos recursos naturais – terra, água, florestas e fauna
	3.2 Melhorada a capacidade do Ministério da Agricultura, Ministério do Ambiente e outros actores (ex. ONGs) para analisar e formular políticas e programas relacionados com a terra, água, florestas e mudanças climáticas
	3.3 Melhorada a gestão da terra
	3.4 Recursos florestais usados de forma sustentável
	3.5 Aumentada a capacidade das comunidades rurais para prevenir e controlar as queimadas florestais
	3.6 Melhorada a capacidade das comunidades rurais e dos funcionários do sector de fauna bravia para uma gestão sustentável destes recursos e diminuição do conflito homem-fauna bravia.
	3.7 Melhorada a capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas
<b>4 Quadro legal e políticas conducentes a investimento o agrário</b>	4.1 Políticas consistentes com os objectivos do sector
	4.2 Reforçado o sistema de informação agrária
	4.3 Melhorada a segurança de posse e administração da terra
<b>5 Reforçadas as instituições agrárias</b>	5.1 Reforçadas as organizações de agricultores
	5.2 Desenvolvido o capital humano
	5.3 Reforçada a coordenação das instituições agrárias e de segurança alimentar